

# Brasília: por um progresso harmônico

BRASÍLIA (O GLOBO) — Em 1973, um grupo de trabalho integrado por representantes do Instituto de Planejamento do Ipea, da Sudeco, governos dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal e do Ministério da Agricultura, apoiados pela Universidade de Brasília, Codeplan e outros órgãos de pesquisa, reuniu-se para traçar as primeiras linhas do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, que deveria proporcionar à região de influência da capital condições de desenvolvimento mais equilibrado nos campos social, urbano, de infra-estrutura física e de apoio aos setores diretamente produtivos.

O programa iria também assegurar a preservação do caráter político-administrativo e cultural de Brasília através da atração dos esforços produtivos de maior vulto para o quadro mais amplo da região, abrindo-se oportunidades alternativas de absorção dos migrantes, com o objetivo de se reduzir a taxa de expansão demográfica do DF.

Além disso, seriam fortalecidos os subcentros polarizadores da região geoeconômica de Brasília, evitando-se a pressão direta sobre o equipamento urbano instalado na capital, ao mesmo tempo em que se valorizaria economicamente a região com vistas à sua integração no processo de desenvolvimento do país e ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade de Brasília, especialmente hortigranjeiros, laticínios e animais de pequeno porte.

Nesse setor agropecuário, os objetivos definidos pretendiam introduzir mudanças tecnológicas nas lavouras tradicionais e promover a incorporação de novas áreas, bem como a abertura de novas fontes produtivas, ampliando-se e dinamizando-se os serviços de assistência técnica, de crédito, pesquisa e extensão agrícola e reforço às atividades de fomento.

Oficialmente instituído a 29 de janeiro de 1975, o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília havia, aplicado até o final do ano passado Cr\$ 621,1 milhões, dos quais Cr\$ 168,9 milhões em infra-estrutura social (educação, saúde e saneamento), Cr\$ 218,7 milhões em infra-estrutura econômica (transportes, energia e comunicações) e Cr\$ 233,5 nos setores diretamente produtivos (desenvolvimento rural, desenvolvimento agroindustrial e linhas de crédito), correspondendo cada setor, respectivamente, a 27,2, 35,2 e 37,6 por cento do total aplicado.

Ao final do ano passado, incluíam-se na região econômica de Brasília, como áreas prioritárias, a área de influência das BRs 040/050 (Catalão e Pires do Rio), área de mineração (Uruaçu, Niquelândia, Barro Alto e Padre Bernardo), área de influência do eixo Ceres-Anápolis, o Vale do Paraná (alvorada do Norte) todas em Goiás, e Vão do Paracatu (União e Paracatu), em Minas Gerais. O critério de seleção dessas áreas foi adotado em função dos objetivos de minimização do fluxo migratório dirigido para Brasília, da redução de pressão exercida pela população residente na área periférica do



Distrito Federal sobre os serviços sociais básicos da capital.

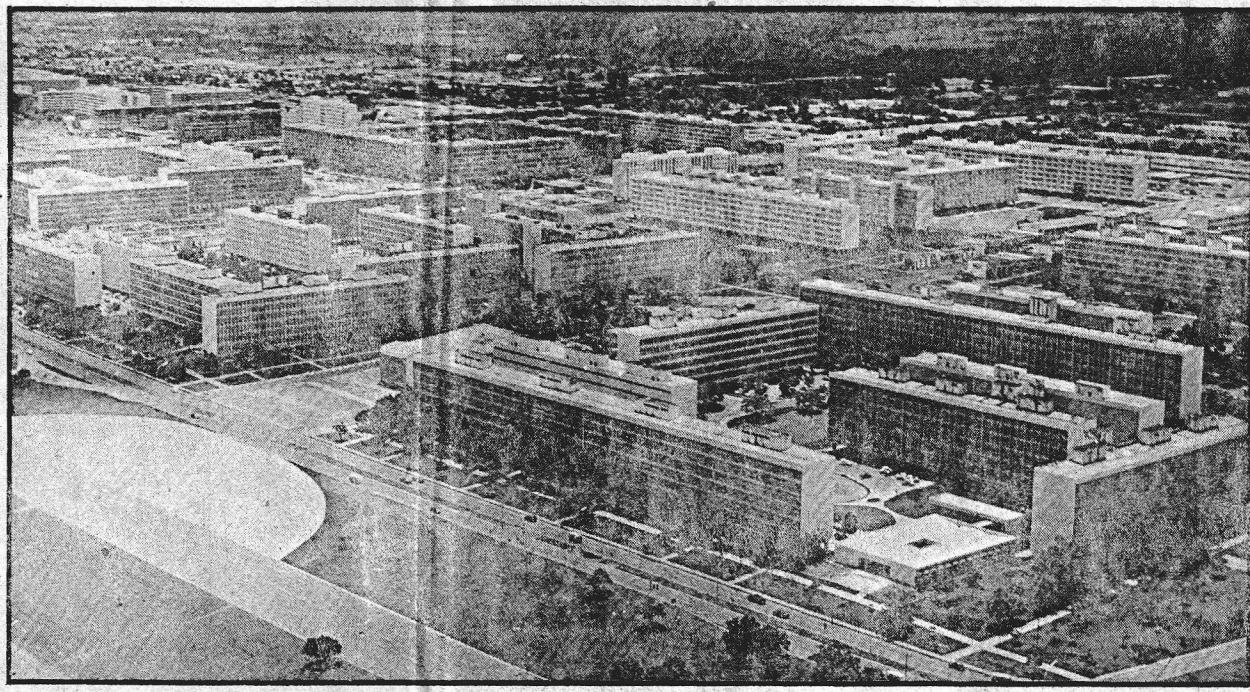
O Programa foi avaliado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento — Suplan — do Ministério da Agricultura, que analisou a participação de cada órgão envolvido a partir da destinação de recursos, fazendo um relatório das realizações, apontando os entraves e apresentando as conclusões, bem como uma apreciação crítica do comportamento de cada órgão.

O relatório aponta, entre as principais realizações do Programa no ano passado, no que diz respeito à Assistência Técnica e Pesquisa Agropecuária, a assistência a cerca de 17.366 produtores, aplicação de Cr\$ 644 mil em crédito rural, instalação de 13 unidades operativas, 36 cursos para produtores, instalação de 54 campos de demonstração, instalação de campos experimentais no eixo Ceres/Anápolis, condução de 57 subprojetos com assistência técnica e elaborados 562 projetos de planejamento técnico e econômico no valor de 115.244 mil.

— Coube à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa — a execução de quatro projetos, sendo dois campos experimentais, um de implantação de unidade de pesquisa e um de unidade de execução de pesquisa. A verba para esses projetos foi programada em 16,9 milhões, e eles deveriam desenvolver-se da seguinte forma: campos experimentais no Vão do Paracatu e Eixo Ceres-Anápolis, Unidade de Execução de Pesquisa no Vale do Paraná e implantação de uma unidade de pesquisa em Goiânia.

— Na avaliação em separado por entidades envolvidas, o relatório considerou a atuação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — Embrater — satisfatória, nos cinco projetos sob sua responsabilidade, apesar das dificuldades encontradas.

— Coube à Embrater a execução de cinco projetos de assistência técnica, com recursos da ordem de Cr\$ 33,9 milhões, distribuídos em duas parcelas para os exercícios de 75 e 76, reajustados depois para Cr\$ 40,8 milhões. Esses projetos se localizam no Vão do Paracatu, área de mineração, BRs 040/050, eixo Ceres-Anápolis e Vale do Paraná. As principais realizações destacadas foram a implantação de 16 campos de demonstração, dos quais sete de pecuária, quatro de cultura de arroz, três



No Distrito Federal, uma preocupação: reduzir a taxa de expansão demográfica

de cultura de milho e dois de sorgo, 12 cursos sobre cultura de arroz, dois sobre cultura de milho, seis sobre pecuária e dois sobre alimentação; instalação dos ensaios e demonstração dos resultados do Programa de Difusão do Uso de Fertilizantes e Corretivos. No total foram beneficiados 22.030 hectares com assistência técnica e elaborados 562 projetos de planejamento técnico e econômico no valor de 115.244 mil.

— Desses projetos foram instalados 54 campos de demonstração, 57 subprojetos de pesquisa nos campos experimentais instalados no eixo Ceres-Anápolis, conclusão do projeto de implantação e operação da unidade de pesquisa de Goiânia e condução de oito subprojetos de pesquisa. Os demais projetos — campos experimentais no Vão do Paracatu e unidade de execução de pesquisa do Vale do Paraná — apesar de terem utilizado os recursos, pouco realizaram, e o último deverá ser reprogramado.

— Os obstáculos que impediram o cumprimento integral do Programa

foram o atraso na liberação dos recursos financeiros e o acerto firmado com outras instituições para a transferência e delimitação das áreas para localização da base física para implantação do projeto no Vão do Paracatu, embora o relatório indique algumas falhas no sistema de acompanhamento dos projetos e proponha a reprogramação do projeto para o Vale do Paraná que estava paralisado, mesmo havendo recursos de 1975 que não haviam sido utilizados. Ainda assim, o conceito emitido sobre o desempenho da Embrapa no desenvolvimento dos projetos sob sua responsabilidade classificou-a de "regular".

Quanto aos projetos a cargo da Fundação Rural Mineira — Ruralminas —, Fundação Zoobotânica do DF e Secretaria da Agricultura e Produção do DF, não foram iniciados devido à não liberação dos recursos programados para 1976. Esses três órgãos tinham a seu cargo o desenvolvimento de três projetos envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 17 milhões, distribuídos da seguinte forma: à Ruralminas caberiam Cr\$ 11,5 milhões para um projeto de irrigação do Vão do Paracatu, a ser realizado no Vale do Rio Preto. O projeto deveria ter sido iniciado em janeiro de 1976 e seria concluído no próximo mês de dezembro. A Fundação Zoobotânica do Distrito Federal desenvolveria um projeto de assistência técnica aos produtores rurais do DF através da implantação de política de desenvolvimento regional e sugerir alternativas de política de desenvolvimento regional e proporcionar elementos vários para definição de estratégias e diretrizes para a região. Com base nessas proposições, a Sudeco ficaria com a função de preparar os Estados para assumirem de fato a execução de projetos num prazo que

Produção do Distrito Federal, a partir de agosto de 76, com recursos de Cr\$ 1,5 milhão, promover o fortalecimento do Núcleo de Planejamento Agrícola do Distrito Federal para o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.

Em sua última reunião, o Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília propôs uma série de medidas para a programação do próximo ano, que deverão estender-se ao período 78/79. A proposta do Grupo Especial abrange os seguintes pontos: estabelecimento de novas sistemáticas para administração do programa através de estudos e projetos para melhor embasamento à programação; conclusão de projetos e início de outros novos; aumentar a responsabilidade, participação e autoria da Sudeco e dos Estados no Programa; promover o conhecimento mais amplo e abrangente da problemática regional apoiando e complementando os órgãos estaduais, orientando e auxiliando os núcleos estaduais na implantação dos projetos, colocando sua estrutura técnica a esse serviço.

Realizar a intermediação entre a função executiva de responsabilidade estadual e uma coordenação mais ampla, dando parecer aos pedidos de liberação das parcelas do cronograma financeiro, sugerir alternativas de política de desenvolvimento regional e proporcionar elementos vários para definição de estratégias e diretrizes para a região. Com base nessas proposições, a Sudeco ficaria com a função de preparar os Estados para assumirem de fato a execução de projetos num prazo que

poderia ser fixado para janeiro do próximo ano.

Ao próprio Grupo Especial ficaria reservada a proposição de diretrizes regionais e setoriais com base nos objetivos do Programa, relatórios, estudos, pesquisas e outros documentos elaborados pela Sudeco. Também lhe caberia apresentar relatórios, propostas de programação e realização de contatos diversos na área dos ministérios envolvidos e Presidência da República.

Os Estados e o Distrito Federal deverão assumir maiores responsabilidades nas tarefas ligadas à execução do Programa, edificando e desenvolvendo estruturas organizacionais que possam garantir respaldo técnico e político na área de execução, com os seguintes objetivos: a) a partir das diretrizes da Sudeco/Grupo Especial e apoio técnico, elaborar projetos que seriam apresentados à coordenação regional; b) assumir paulatinamente toda a execução dos projetos, obras, fiscalização, acompanhamento de execução etc.; c) durante a transição 78/79, cuidar da integração de ações da Sudeco e Estado de Goiás para evitar paralelos.

O documento preparado pelo grupo especial em sua última reunião propõe para o próximo ano a montagem de um elenco de projetos que deverão compor a programação do biênio 78/79, e a realização de uma seleção de projetos em execução, adequando-os às eventuais alterações nas prioridades e eliminando possíveis atomizações; seleção de novos projetos aceitos após enquadramento e hierarquização dentro das prioridades setoriais a serem estudadas pela Sudeco.

A fim de proporcionar melhor embasamento à programação 78/79 referente às prioridades para seleção de projetos, a Sudeco realizará algumas reuniões, neste mês de novembro, com os setores agropecuário, de saúde, infra-estrutura e recursos naturais. Esses seminários deverão propor diretrizes setoriais preliminares para orientar a alocação de recursos durante o período de transição. Serão programações eminentemente técnicas e, a partir dessa data até fins de 1979, a Sudeco empreenderá a elaboração de estudos setoriais amarrados a uma proposta geral que deverá delinear as diretrizes e indicar projetos específicos para serem implementados a partir de 1980, quando se prevê a entrega definitiva da tutela do programa.

Esses estudos visam proporcionar maior consistência à programação e condições para alocação de recursos mais adequados espacial ou setorialmente. Os recursos necessários a esses trabalhos poderão ser proporcionados por um convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Distrito Federal, que entraria na programação de 78 com o título de Projeto da Região Geoeconômica de Brasília.